

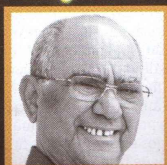
PIONEIROS

Histórias de quem fez Brasília



Planície, Brasília não significa somente uma bela arquitetura ou um projeto político de interiorização, mas a união de brasileiros, de todas as partes do país, em torno de um sonho. Um sonho que não tinha classe social, credo ou raça. Na lembrança de cem dos primeiros moradores reunidos na série *Pioneiros — histórias de quem fez Brasília*, o amor pela aventura, pela vida simples e o sentimento de solidariedade dos que aqui viviam ficam evidentes e emocionam.

Antônio da
Silveira



Ari
Cunha



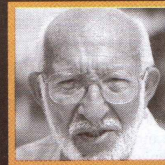
Cacilda Rosa
Bertoni



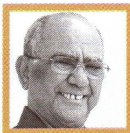
Fran Teixeira
G. Lima



Sully Alves
de Souza



PIONEIROS



Antônio da Silveira

Oportunidade de trabalho e progresso no Planalto

VINICIUS NADER
ESPECIAL PARA O CORREIO

O dia, mais precisamente, a noite de 2 de março de 1959 ainda não saiu da memória do pioneiro Antônio da Silveira. A data é justamente quando ele deixava a cidade de Açú, no estado do Rio Grande do Norte, rumo a Brasília, ou à construção do que viria ser Brasília. “A minha primeira impressão da cidade foi de estranheza. Era uma coisa medonha de tanta poeira. Não conseguíamos ver nem o que estava logo a nossa frente”, conta Antônio. A primeira noite, ele passou no Hotel Rio de Janeiro, na Cidade Livre, para somente no dia seguinte ir à procura do irmão, Francisco, que estava em Brasília havia um ano. O irmão morava em um acampamento na Vila Planalto, onde Antônio também morou até arranjar um emprego na nova capital.

Mas não pense que isso demorou muito a acontecer. “Brasília era um ótimo lugar para quem estivesse à procura de um emprego e não tivesse medo de trabalhar”, lembra Antônio, completando que “como a construção não parava, tínhamos que dormir ao som dos motores de máquinas e batidas do martelo nas obras.” Seis dias depois de instalado na cidade, o pioneiro

Arquivo pessoal



começou a trabalhar na Companhia Planalto como porteiro e office-boy do Departamento de Edificações. A empresa, que prestava serviços à Novacap, era responsável pela fiscalização das obras da nova capital. Lá, Antônio trabalhou até 1961. Depois disso, trabalhou por dez anos na Novacap, e entre 1972 e 1990, esteve na Secretaria de Obras, onde se aposentou. “Como ninguém entrava ali sem passar por mim, acabei conhecendo muita gente importante para a cidade, como o engenheiro Peri da Rocha França, Israel Pinheiro e até mesmo Oscar Niemeyer”, orgulha-se. Antônio chegou a ser uma das pes-

soas que impediram Niemeyer de se envolver fisicamente em uma briga. “Doutor Oscar descobriu que um desafeto estava reunido em um gabinete onde eu servia café e foi lá tirar satisfações. Quando a briga esquentou, coloquei a bandeja em cima da mesa e tratei logo de segurar nos punhos dele para separar os dois”, conta. Depois de os ânimos estarem mais calmos, um assessor de Niemeyer, estranhando a firmeza com que Antônio o detivera, perguntou ao pioneiro se ele sabia quem era a pessoa por ele segurada. “Eu disse que conhecia sim, sabia da importância dele, mas precisava separar a briga de qual-

quer maneira”, lembra o determinado pioneiro.

Mesmo assustado com tanta poeira e falta de estrutura, Antônio da Silveira garante que não pensou nunca em voltar para aquela vida de puxar gado e amansar cavalos que teve, ajudando o pai na roça até seus 24 anos de idade. No início ele achou que não fosse conseguir. Afinal, ficaram no Rio Grande do Norte seus pais, os outros irmãos, os amigos e a noiva. “Mas fazia-se amizade facilmente em Brasília. Aos poucos, a saudade foi se transformando em uma lembrança gostosa”, afirma o pioneiro, que ficou três anos sem visitar

ANTÔNIO, BRINCANDO COM A SOBRINHA, EM CENA DE LAZER NA CIDADE LIVRE

seus pais na roça com medo de não agüentar e ficar por lá mesmo. Hoje ele não se arrepende nem um pouco de tanto esforço. “Imagino que minha vida sem Brasília seria muito pior porque, apesar das dificuldades que tenho aqui, ainda tenho uma vida melhor que a deles”, afirma.

As dificuldades do início de Brasília não eram apenas na hora de trabalhar ou de receber notícias da família — “as cartas

PIONEIROS

Ele chegou a Brasília em 1959 à procura de oportunidade profissional. Seis dias depois já estava empregado. Aqui, orgulha-se de ter estudado e criado os filhos



ANTÔNIO SE ORGULHA DA FAMÍLIA QUE FORMOU EM BRÁSÍLIA

chegavam todas ao Brasília Palace Hotel, onde ia todo domingo para ver o que havia chegado para mim". Até mesmo para se divertir é preciso infra-estrutura, mas Brasília estava repleta de jovens trabalhadores e criatividade era a palavra de ordem. "Havia bailes ótimos na Vila Planalto, onde eu ia e dançava até o dia amanhecer. A diversão era garantida", lembra Antônio, que até hoje mantém contato com a turma dos bailes da Construtora Rabelo, a maioria ainda moradora da Vila Planalto. Em um desses bailes, Antônio conheceu sua esposa, Francisca Menezes, com quem se casou em 1966 e teve seus seis filhos — três nascidos em Sobradinho e os outros três no Gama, cidade-satélite na qual Antônio mora desde a década de 70.

Outra fonte de diversão garantida eram as partidas de futebol. Mesmo sem ser um grande joga-

“
FAZIA-SE AMIZADE FACILMENTE EM BRÁSÍLIA. AOS POUCOS, A SAUDADE FOI SE TRANSFORMANDO EM UMA LEMBRANÇA GOSTOSA
 ”

dor, Antônio treinava no time de sua construtora na posição de atacante, de ponta-direita. "Eu não jogava bem e, por isso, não fazia parte do time, mas o futebol era uma ótima forma de integração entre os pioneiros", diz Antônio, que também não treinava muito porque era dedicado ao trabalho. "Tinha gente que fugia das construtoras para poder jogar. Eu nunca fiz isso", garante. O atleta só tinha uma ressalva a fazer em seu time: o uniforme era a camisa do Flamengo e Antônio é vascaíno de coração. "Hoje, meu neto, que é flamenguista, vê as fotos daquela época e fica curtindo com a minha cara por causa da camiseta", diverte-se o avô coruja.

Além do crescimento e do desenvolvimento de Brasília, Antônio também pôde acompanhar como as coisas evoluíram no Gama, pois dos quase 45 anos de Brasília, cerca de 34 foram dedicados

à cidade satélite. "Quando cheguei ao Gama não tinha o Bezerrão, o shopping nem os prédios residenciais que estão hoje por toda a cidade", afirma Antônio, que tem entre suas melhores lembranças o dia em que o time de futebol do Gama foi classificado para a primeira divisão do Campeonato Brasileiro. "A cidade ficou conhecida no Brasil inteiro e Brasília torceu muito", lembra. Não foi só Brasília e o Gama que cresceram durante esse período. Antônio da Silveira também foi vendo sua vida deslanchar junto com as duas cidades. Foi aqui, lá pela década de 80, que Antônio estudou até o primário. E foi também onde criou os seis filhos, cinco dos quais professores. "Sou muito grato a Deus e ao presidente Juscelino Kubitschek por criarem Brasília, pois essa cidade oferece condições de vida a todos os trabalhadores, ricos ou pobres, não importa", finaliza.

Raio X

Nome: Antônio da Silveira
Idade: 70 anos
Origem: Açú, Rio Grande do Norte
Ano de chegada a Brasília: 1959
Profissão: Funcionário Público aposentado
Estado civil: Casado
Esposa: Francisca Menezes da Silveira
Filhos: Cleto, Cláudio, Fernando, Dalma, Maristela e Lanusa.
Netos: Fernanda, Cleto, Vitor Fernando, Larissa, Cláudio Henrique e Paula.

GDF

PIONEIROS



Ari Cunha

Jornalista desde os primeiros dias na nova capital

Arquivo pessoal



BIANCA CHIAVICATTI
ESPECIAL PARA O CORREIO

A pedra fundamental do jornal **Correio Braziliense** teve que ser lançada onde hoje está o Tribunal de Justiça do Distrito Federal. O lote designado para a sede do jornal era inóspito demais para que o presidente Juscelino Kubitschek desembarcasse de helicóptero com tanta poeira. O Setor de Indústrias Gráficas ainda era projeto. O prédio da Imprensa Nacional estava em construção. "Tive uma impressão estranha da cidade quando cheguei, em 1959", afirma o jornalista Ari Cunha, 77 anos. "Havia setas para todos os lados indicando os acampamentos de obras e ninguém conseguia se orientar. Ademais, não existia prefeitura.

Antes de vir para a nova capital, Ari Cunha trabalhava há quase dez anos no jornal *Última Hora*, em São Paulo. Natural de Fortaleza (CE), a primeira cidade que conheceu no Sudeste foi o Rio de Janeiro, onde chegou de navio, em 1948. São Paulo, entretanto, oferecia melhores oportunidades profissionais, reduzindo sua permanência na Cidade Maravilhosa para pouco mais de dois anos.

Quando Ari Cunha deixou a *Última Hora*, na capital paulista, ligou para Paulo Cabral, que era diretor dos Diários Associados no Rio. A conversa foi rápida: "Estou desempregado", e Paulo Cabral o apresentou a Edilson Varela, que o mandou chefiar a reforma do jornal *Folha de Goiás*.

O trabalho foi feito entre julho e setembro de 1959. Com o sucesso da empreitada, o pioneiro foi convidado a acompanhar a construção de outro jornal, o primeiro que seria inaugurado no Distrito Federal — o **Correio Braziliense**. A pedido de Varela, o jornalista supervisionaria a parte técnica e editorial da empresa.

Hotel Buriti

Ari Cunha já era casado com dona Lourdes, e nessa época tinha três filhos, mas mudou-se para Brasília sozinho. A primeira visita ao futuro Distrito Federal foi feita em companhia de Braga Sobrinho, diretor da *Folha de Goiás*. Os dois tinham a missão de encontrar uma placa ou outra indicação sobre o lote 300, dos Diários Associados, local de construção do **Correio Braziliense**.

Iniciadas as obras do jornal, Ari Cunha acomodou-se durante algum tempo no Hotel Buriti, na Cidade Livre (Núcleo Bandeiran-

te). O restaurante era dirigido por Tereza e Mário Canevari, onde os coquetéis da época eram servidos pelo próprio Mário envergando smoking que trouxera de sua Milão. "Era difícil acreditar que naquele cenário de máquinas, poeira e homens trabalhando escondia-se um lugar onde o proprietário atendia de smoking." Outro aspecto interessante da Cidade Livre era a segurança, a mesma vivida nas ruas de Brasília, pelo menos nos dez anos seguintes à inauguração. "Corria muito dinheiro nas ruas, muitos negócios eram fechados aqui, pois as principais empresas do país enviaram representantes para Brasília", conta. "Mesmo assim, as agências bancárias não tinham qualquer reforço na segurança dos cofres", diz.

Segundo Ari Cunha, é mito que furtos não aconteciam na nova capital. O fato é que a Guarda Especial de Brasília (GEB), formada por policiais militares e soldados

do Exército trazidos de outros estados, intimidava os possíveis infratores, reduzindo o número de ocorrências. Ari Cunha relembra a figura dos pioneiros, como Wayne Faria, da Irfasa, que trabalhava como um mouro. Ele próprio acompanhava todos os trabalhos do acampamento. Marco Paulo Rabello, da empresa que leva seu nome, Francisco Aguiar Carneiro, da Eldorado, Enery, Kleber Farias Pinto, Tião Padeiro e muitos outros que a rapidez da entrevista não o fez lembrar.

A maior preocupação da comunidade não era com os ladrões, mas com o grande número de incêndios. Um dia, conta, houve incêndio no Colégio D. Bosco e começou a destruir toda a quadra. No meio dela estava a casa de Hugo Buresti, que não pensou duas vezes. Quando o trator da Rabello chegou para fazer o açoitamento, sua decisão foi imediata. Retirou todo o material elétrico que vendia, coisas de casa, e

EM UMA CLAREIRA DO CERRADO, ONDE SERIA O SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS, NASCEU O CORREIO BRAZILIENSE

foi para a rua ver a destruição do seu negócio, para salvar o posto de gasolina ali perto, que, explodindo, iria atingir a madeira do Slaviero. "Gesto belo, do casal Hugo Buresti."

Acampamentos

A estadia no hotel durou poucos dias. O número de trabalhadores das obras do **Correio Braziliense** e da TV Brasília, quase 400 candangos, obrigou os Diários Associados a construir dois acampamentos para abrigá-los. Durante a construção, Ari era encarregado de comprar os materiais necessários para a obra. O principal financiador da construção era o Banco da Lavoura. Para acompanhar tudo de perto, o jornalista mudou-se para o Brasília Palace Hotel com os colegas Aluísio Chaves e Ibanor Tartaroti, em janeiro de 1960. Em cem dias, os dois prédios estavam em uso.

O ritmo de trabalho no acampamento do **Correio** era o mesmo de Brasília, 24 horas sem parar. Se algum imprevisto acontecesse de madrugada, era preciso resolver na hora e todos estavam acostumados com isso. Ari lembra de uma oportunidade em que foi avisado em cima da hora de que chegariam 50 novos candangos e era preciso alojá-los. De madrugada, então, dirigiu-se a uma fábrica de colchões na Cidade Livre para comprar toda a mercadoria disponível, 20 unidades. "Levei o que tinha e encomendei o resto para a manhã seguinte, e as irmãs comerciantes

PIONEIROS

Quando saiu do Ceará, em 1948, o pioneiro não imaginava que iria participar da construção de uma cidade e de um jornal, como aconteceu com a vinda para Brasília

EM SEU ANIVERSÁRIO DE 2003, COMEMORAÇÃO ENTRE AMIGOS E FAMILIARES

Carlos Moura 26.07.03



se dispuseram a me entregar sem reclamar o atendimento em plena madrugada."

Situação parecida aconteceu durante a fase de acabamento do Palácio da Alvorada. O vaso sanitário do banheiro do presidente havia sido quebrado e peça similar só era encontrada em São Paulo. Foi preciso então que a mercadoria fosse trazida de avião. "George Homer, que era encarregado do serviço, comprou dois bilhetes aéreos, um para ele e outro para o vaso, que veio no assento ao seu lado", diverte-se.

Da mesma forma também foi feita a instalação de água do Palácio, no improviso. Havia uma fonte próxima à Ermida Dom Bosco, no final do Lago Sul, e o Lago Paranoá ainda não existia. A diferença do nível entre a Ermida e o Palácio possibilitou a chegada da água à residência oficial do presidente. "A instalação ainda está lá, no fundo do Lago Paranoá", garante o jornalista. "Mas quando Jânio Quadros assumiu, a entrada da água no Palácio foi interrompida porque o presidente tinha medo de que alguém o envenenasse ao descobrir a nascente".

Gatos

Os fatos reais sobre a construção de Brasília dificilmente chegavam aos outros estados. A briga entre dois partidos políticos no país era responsável por isso. O PSD, de JK, era a favor da construção, enquanto a UDN opunha-se fortemente à mudança da capital federal. "Dizia-se que o dinheiro estava sendo desviado para uma construção que não existia", afirma. "Quando a inauguração de Brasília foi anunciada, a surpresa foi geral no país, trazendo um grande número de imigrantes para cá", completa.

Vários caminhões de carga transformavam-se em paus-de-arara no caminho para Brasília a fim de aproveitar o êxodo que acontecia para cá. Na mesma época, as empreiteiras precisavam de mão-de-obra numerosa. Surgiu então a figura do "gato", homem designado para contratar os imigrantes antes mesmo do desembarque na cidade.

O número de caminhões aumentou tanto que foi necessário impedir a entrada em Brasília. Israel Pinheiro, presidente da Novacap, mandou interditar as vias de acesso à cidade no sentido Belo Horizonte e São Paulo, mas os caminhões davam a volta e entravam pelo acesso de Goiânia. Esta história deu origem às primeiras vilas que formaram Taguatinga — Vila Matias e Vila Dimas.

Mesmo depois da inauguração da cidade, em 1960, Ari Cunha diz que a resistência à mudança da capital persistiu por vários anos. "Lembro-me, por exemplo, que quando Jânio Quadros assumiu a Presidência recebeu uma oferta de Roberto Marinho para levar a capital de volta para o Rio de Janeiro", revela. "Marinho daria total cobertura a um governo se ele aceitasse", conclui.

Em outra oportunidade, José Bonifácio, secretário da Câmara,

membro da UDN, chegou a ordenar que todos os automóveis e caminhões da cidade ficassem de prontidão porque o Congresso poderia voltar a reunir-se na capital carioca.

Primeiras edições e coluna

A primeira edição do *Correio* circulou no dia da inauguração da nova capital, em 21 de abril de 1960. Saía com 25 mil exemplares, todos vendidos aos visitantes, mas depois a tiragem se manteve em 500 exemplares, até que no final de 1960 cresceu para 5 mil, estando hoje por volta de 50 mil.

No dia 16 de maio começava a ser publicada a coluna *Visto, Lido e Ouvido*, uma espécie de ouvidoria da cidade relatando fatos corriqueiros da comunidade. E até hoje a coluna é publicada, "com algumas interrupções naturais da inveja humana, mas tudo passa". "Passando dos 70 anos, escolhi a filha caçula Circe, jornalista, para pesquisar informações. Hoje, ela colhe a maior parte das notícias e participa do texto todos os dias. Emite opinião e não recebe a menor censura de minha parte. Além do alívio do trabalho, posso registrar a satisfação da perpetuação da profissão dentro de casa", diz o jornalista.

As páginas do jornal basicamente

informavam sobre as reuniões do Congresso. As matérias eram quase atas das reuniões. Fora isso, notícias das dificuldades da construção e anúncios do comércio da Cidade Livre preenchiam as páginas do jornal. "As vezes, nos pagavam pela inserção do anúncio por dois dias e nós o mantínhamos por mais tempo para completar as páginas", conta Ari.

A família do pioneiro mudou-se para cá em setembro de 1960. Nesta época, o jornalista vivia em uma casa na 708 Sul, mas aguardava o recebimento de um apartamento na 108 Sul. "Fizemos uma campanha pedindo moradia e conseguimos que os 23 jornalistas que aqui estavam recebessem seus apartamentos", lembra. Sua vida é desfrutada entre os amigos, longe dos grandes jantares e recepções, sem estar ausente da sociedade, na convivência com Liana Sabo, com quem divide as alegrias da vida e da família.

A vida profissional de Ari Cunha foi marcada no pioneirismo da imprensa. Desta forma, o *Correio Braziliense* foi o primeiro jornal do país a circular impresso em off-set, composto a frio, usando computador, nascendo daí a transformação de toda a imprensa brasileira.

“
CORRIA MUITO DINHEIRO NAS RUAS, MUITOS NEGÓCIOS ERAM FECHADOS AQUI, POIS AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS ENVIARAM REPRESENTANTES PARA BRÁSILIA

Raio X

Nome: Ari Cunha
Idade: 77 anos
Origem: Fortaleza, Ceará
Profissão: Jornalista
Ano de Chegada a Brasília: 1959
Esposa: Lurdes Cunha (falecida), com quem teve quatro filhos e 12 netos.
Filhos: Liana Sabo
 Ari, Eliana, Raimundo Neto e Rirce
Netos: Marcelo, Ana Cristina, Pedro, Ana Paula, Lara, Alexandre, Guilherme, Mariana, Gabriel, Fabiano, João e Christian.



Cacilda Rosa Bertoni

A pioneira veio
das mais comp

Como enfermeira, fez muitos partos nos acampamentos

BIANCA CHIAVICATTI

ESPECIAL PARA O CORREIO

“Viver para servir”. Antes de contar o que a trouxe ao Distrito Federal, a paulista de Piracicaba Cacilda Rosa Bertoni faz questão de ressaltar o lema da turma onde se formou em enfermagem, na Escola Ana Nery (Universidade do Brasil — Rio de Janeiro). Ajudar às pessoas fez bem para esta senhora de 84 anos, que, em 1957, pela disposição em servir ao próximo, se tornou a primeira enfermeira da nova capital.

A decisão do marido, Afonso Bertoni (falecido), de abandonar tudo em Juiz de Fora (MG) e viajar para o Planalto Central a pegou de surpresa. Com a vida estabilizada e um casal de filhos pequenos, venderam tudo para empreender-se na viagem. “Ele trabalhava com obras e achava que aqui teria grandes oportunidades”, conta Cacilda. “Eu viria primeiro para arrumar um lugar para ficarmos, depois buscaria as crianças”, completa.

Dessa forma fizeram. Cacilda chegou em dezembro de 1957 à Cidade Livre (Núcleo Bandeirante) com o endereço da Casa Pastoral da Igreja Metodista. Encontrado o lugar, lá seria a moradia provisória da família. A enfermeira voltou a Juiz de Fora e retornou com os filhos de avião. O marido deixara a cidade na mesma hora e com a mesma direção a seguir, só que a bordo de um caminhão

Arquivo pessoal



CACILDA, O ORGULHO DA PROFISSÃO QUE ESCOLHEU PARA AJUDAR OS OUTROS

sões eram tomadas aqui prolongou a permanência no local. Concentrado nas construções do Plano Piloto, que acabavam de começar, Israel Pinheiro, presidente da Novacap, não permitia que ninguém construísse nada na Cidade Livre sem sua autorização.

Enquanto esperavam, Bertoni nada podia fazer. Por sorte, Cacilda recebia o salário de enfermeira normalmente. Estava de licença prêmio por ter trabalhado dez anos seguidos sem nenhuma falta, justificada ou não. O lote da Novacap foi cedido para a família após três meses de espera. Bertoni pôde então construir um pequeno baraco na Segunda Avenida da Cidade Livre e dar início aos trabalhos com as obras das construtoras que estavam instaladas aqui.

Partos

Não demorou muito para Cacilda ser descoberta na Cidade Livre. Andando nas ruas da pequena vila, a enfermeira encontrou uma ex-colega do SESP, com quem trabalhara na Amazônia. “Noêmia, não me recordo o sobrenome, estava grávida e pedia que eu fizesse seu parto”, conta.

O único hospital que existia em toda a região era do Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Industriais (IAPI), que só atendia casos de urgência e emergência. “Havia muitos acidentes de trabalho nos acampamentos”, justifica. Fora isso, havia uma parteira na cidade e mais nada. Depois

do primeiro parto feito por Cacilda, centenas de outros se seguiram até 1960. “A necessidade me levou a realizá-los. No curso de enfermagem tínhamos aula de obstetrícia”, conta. “Rapidamente fiquei conhecida em toda Brasília”, conta. “Os maridos das mulheres grávidas dos acampamentos das construtoras vinham me pedir ajuda.”

Quando os partos eram feitos na Cidade Livre, Cacilda era auxiliada pelo marido. Quando eram nos acampamentos, os maridos precisavam preencher uma ficha onde colocavam suas descrições físicas e a previsão do mês em que a criança nasceria. “Quando chegava o dia, meu marido atendia a porta e identificava o pai pela descrição na ficha”, diz. “Era preciso fazer isto porque eu teria que sair sozinha com desconhecidos numa terra cheia de aventureiros”, explica.

Para realizar o parto, Cacilda levava todo o material necessário em uma maleta, como agulha, pinças, luvas e fios esterilizados. Quando os partos eram na Cidade Livre, levava até água fervida, porque as estruturas das casas eram muito precárias. “Os homens me ajudavam a carregar”, conta.

As mulheres que viviam nos acampamentos eram poucas, viviam com os maridos. Por causa disso, elas terminavam ficando encarregadas dos serviços domésticos de todo o acampamento, como lavar roupas e cozinhar.

carregado com a mudança e o material necessário para a construção de um barracão de madeira para morarem.

O medo da empreitada só apareceu nos dias em que Cacilda esperava pelo marido, sem notícias. Bertoni demorou oito dias para chegar devido às péssimas condições das estradas do Centro-Oeste naquela época. Fora isso, Cacilda não se assustava com nada. Antes, vivera por quatro anos na Amazônia, junto ao Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Na Amazônia, participara da inauguração do Hospital de

Santarém, em 1946.

A Casa Pastoral, como tudo na Cidade Livre, funcionava em um grande barracão de madeira. Lá também ficava a primeira escola primária de Brasília. De manhã, a esposa do pastor dava aulas e à noite o próprio pastor era o professor. No lugar onde estava a Casa Pastoral hoje está instalado o Corpo de Bombeiros do Núcleo Bandeirante.

Nos planos do casal Bertoni, o local serviria de abrigo apenas por alguns dias, até que o barracão de madeira da família fosse construído. Mas a forma que as deci-

acompanhar o marido, que queria tentar a vida na nova capital em 1957. Enfermeira competentes, acabou por exercer a profissão desde o primeiro momento na cidade

**NOS SEUS 80 ANOS,
COM A FAMÍLIA
REUNIDA**

“Mulher era coisa rara em Brasília naquele tempo”, diz Cacilda. “Os homens nos olhavam com surpresa, mas sempre com muito respeito”, garante.

O trabalho como enfermeira fazia com que Cacilda não pensasse duas vezes em abrir mão do próprio conforto em benefício de suas pacientes. Em uma oportunidade, após realizar o parto de uma francesa casada com um espanhol, Cacilda terminou por abrigar o casal estrangeiro, uma filha pequena e a criança recém-nascida em sua casa para não deixá-los na rua. Eles haviam se casado na Argélia e vieram para cá em busca de oportunidades. Mas a empresa para a qual o marido trabalhava falira, fazendo com que perdessem tudo. “Terminei comprando uma máquina de costura e outros bens que possuíam para ajudá-los a ir embora”, recorda-se.

Além dos candangos, Cacilda realizou inúmeros partos de esposas de engenheiros e autoridades, como o deputado Paulo Freire. “Fiz o parto do menino Paulo Francisco às vésperas das eleições de 1960.”

Hospital Distrital

Em 1960, Cacilda foi descoberta por uma colega da escola de enfermagem. Aidé Dourado, como se chamava, era a primeira de um grupo de dez enfermeiras contratadas para trabalhar no Hospital Distrital (Hospital de Base) a chegar a Brasília. “Ela soubera que eu estava aqui e foi me procurar na Cidade Livre”, diz. “Quando ela me encontrou, estava lavando roupa com a baiana Ernestina no côrego Vicente Pires, que era muito limpo na época”, completa.

No Hospital Distrital, inaugurado em 1960, Cacilda foi contratada para organizar o centro cirúrgico. As dificuldades deste tra-



balho eram inúmeras, a começar pela falta de infra-estrutura do lugar. A sala de operações só tinha um foco de luz, o assoalho do piso ainda não estava fixado e tudo tinha que ser esterilizado com formol, pois ainda não havia material descartável. “Um baiano que nunca houvera trabalhado em hospital me ajudava a organizar tudo nas caixas para cada tipo de cirurgia”, revela.

As roupas também tinham que estar limpas com frequência e, como não havia lugar para higienizá-las no hospital, eram enviadas para o hospital São Vicente, que começava a funcionar em Taguatinga. “Mandamos muitas peças e elas nunca retornaram, então decidi mudar o esquema”, conta a enfermeira.

Cacilda solicitou então à construtora Pederneiras, responsável pela obra do hospital, que enviasse tambores cortados ao meio, que passaram a servir de tanques improvisados. Para fazer o serviço, contratou três lavadeiras que conhecia da Cidade Livre.

“**RAPIDAMENTE
FIQUEI CONHECIDA
EM TODA
BRASÍLIA. OS
MARIDOS DAS
MULHERES
GRÁVIDAS DOS
ACAMPAMENTOS
DAS
CONSTRUTORAS
VINHAM ME PEDIR
AJUDA**”

Como varal, usava os arames farpados no fundo do hospital. “Mas tudo era feito com muita responsabilidade e cuidado, tanto é que nunca tivemos um caso de infecção”, garante.

Depois do Hospital Distrital, Cacilda trabalhou durante um tempo no hospital da Universidade de Brasília, que funcionava onde hoje está o Cine Dois Candangos, e na organização do primeiro posto de saúde de Brasília, na 508 Sul.

Como funcionária do Hospital Distrital, teve direito a morar em um apartamento na Asa Norte, na antiga quadra 46, que corresponde hoje à 405 Norte. Ficou lá até 1968, quando o prédio precisou ser interditado para manutenção. Na ocasião, terminou recebendo um apartamento na 112 Sul, que a Novacap cedeu para uso dos funcionários do hospital.

Em 1960, também foi responsável pela fundação da Associação de Enfermagem do Distrito Federal, na Avenida L2 Norte — primeira associação de classe a ter sede na nova capital.

Raio X

Nome:
Cacilda Rosa Bertoni
Idade:
84 anos
Origem:
Piracicaba, São Paulo
Profissão:
Enfermeira
Marido:
Afonso Bertoni (falecido)
Ano de chegada a Brasília:
1957
Filhos:
Carlos H. Bertoni, Sílvia Bertoni Reis e Cesira Bertoni Jardim
Netos:
Guilherme, Carlos Henrique, Tomás e Gustavo

PIONEIROS



Fran Teixeira Gonzaga Lima

Orgulho pelo trabalho pioneiro na medicina

Arquivo pessoal

VINICIUS NADER

ESPECIAL PARA O CORREIO

O cardiologista Fran Teixeira Gonzaga Lima exhibe com orgulho o número de seu registro no Conselho Regional de Medicina. Com o CRM DF 007, o pioneiro brinca dizendo que é “uma espécie de 007 (o superagente do cinema) da medicina local”. É justamente dessa maneira, com muito bom humor e simpatia, que Fran procurou levar seus 44 anos de Brasília, cidade que ele viu ser inaugurada e da qual nunca mais se separou.

Fran Gonzaga Lima chegou à capital aos 24 anos de idade, no mês de janeiro de 1960, recém-formado em medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais. “Meu futuro sogro, Lucas Viana Neiva, era engenheiro da Novacap e já morava aqui há dois anos. De tanto ouvir que as oportunidades seriam boas na nova capital, acabei vindo para cá morar como ele”, explica Fran, que na época era noivo da filha de Lucas, Ana Lúcia, com quem se casou no ano seguinte e teve seus quatro filhos — três dos quais brasilienses. “Na época, os médicos de Brasília ganhavam relativamente bem e eu conseguia ir a Belo Horizonte visitá-la quase todo mês”, afirma Fran, que hoje está em seu segundo casamento, com Maria do Socorro Diniz.



A primeira moradia de Fran na cidade foi no acampamento da Metropolitana, empresa para a qual o sogro dele trabalhava, localizado próximo à Cidade Livre. “Era um dos acampamentos com mais infra-estrutura da época. Para começar não eram alojamentos, mas sim cerca de 30 casas”, conta o médico.

Logo que chegou a Brasília, Fran foi nomeado médico do Hospital Juscelino Kubitschek de Oli-

veira (HJKO), localizado onde hoje está o Museu Vivo da Memória Candanga, no Núcleo Bandeirante. Lá, ele atendeu candangos de todas as partes do país. “Era impressionante ver como tinha gente de estados diferentes por aqui. O Brasil estava reunido em Brasília”, lembra. Dessa maneira, o trabalho para os médicos que se aventuravam por aqui era grande. “Começamos a medicina de Brasília da estaca zero, pois a ci-

dade ainda não estava pronta e não tinha um hospital de grande porte, como veio a ser o Hospital Distrital logo depois. O trabalho grosso acabava sobrando para o HJKO”, afirma o pioneiro. Até mesmo conseguir remédios não era uma tarefa muito fácil, pois alguns medicamentos mais específicos tinham que ser encomendados do Rio de Janeiro ou de São Paulo. “Mas não demoravam quase nada a chegar aqui. Tão logo

FRAN, DE TERNO ESCURO NO CENTRO, EM REUNIÃO NA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE BRASÍLIA, EM 1965

solicitados, eram enviados via aérea para cá”, ressalta Fran.

O médico calcula que eram atendidos cerca de 15 candangos por dia. O atendimento, portanto,

PIONEIROS

Recém-formado em medicina, o pioneiro chegou a Brasília antes da inauguração, em 1960. No mesmo ano foi para São Paulo fazer um curso de especialização, mas voltou dois ano depois

FRAN VEIO ATRÁS DE OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS E ACABOU FICANDO, TENDO TRÊS DOS SEUS QUATRO FILHOS NASCIDOS NA CAPITAL. HOJE CASADO COM MARIA DO SOCORRO, CURTE OS NETOS

tinha que ser rápido e as diferenças culturais e sociais entre os próprios candangos acabavam originando histórias pitorescas. "Lembro-me de um paciente que reclamava de problemas gástricos. Quando perguntei como estava a sua obra, referindo-me ao seu intestino, ele me respondeu que a obra estava ainda no esqueleto, referindo-se à construção na qual trabalhava", exemplifica um divertido Fran Gonzaga Lima.

Plantão

O trabalho no HJKO era tanto que nem mesmo no dia da inauguração houve folga para todos os médicos. Uma equipe de quatro deles estava de plantão e Fran fazia parte dela. "Felizmente não houve nenhuma ocorrência grave e tivemos uma noite tranqüila, mas sem poder participar da grande festa que estava sendo realizada na Esplanada e na Praça dos Três Poderes", lamenta Fran, fazendo questão de acrescentar que, mesmo assim, a emoção daquela noite foi sentida por ele. "Mesmo estando no hospital, nos emocionamos ao saber que estávamos vivendo um momento histórico para o Brasil", garante.

Depois da inauguração, as coisas foram "aos poucos" melhorando para a medicina da capital. Com a inauguração do Hospital Distrital, a infra-estrutura deu um salto muito grande. "A boa vontade e a competência de Ernesto Silva foram fundamentais para esses avanços", elogia o pioneiro, que não foi trabalhar no novo hospital, mas continuou como clínico no HJKO.

Ainda em 1960, Fran resolveu ir para São Paulo fazer uma espe-



cialização em clínica cardiológica com grandes nomes da área, como o ex-ministro Adib Jatene. Dois anos depois, ele estava de volta, "morto de saudades". No retorno, muitas novidades chamaram a atenção do pioneiro — todas boas, naturalmente. "A W3 Sul estava toda asfaltada, a Asa Norte começava a ser construída e, além de um Hospital Distrital bem consolidado, a cidade já contava com centros como o Santa Lúcia. Trabalhou-se muito ainda pela construção de Brasília até uns cinco anos depois da inauguração", afirma Fran, ressaltando que a crise política que o país atravessava desde a saída de Juscelino do poder não afetava Brasília. Além disso, a medicina na cidade estava muito mais estruturada. "Já tínhamos congressos, conselhos e associações médicas e toda a infra-estrutura digna de uma capital. Em dois anos, o progresso foi algo assustador", lembra.

O cenário montado era perfeito para que Fran exercesse sua

“**ERA IMPRESSIONANTE VER COMO TINHA GENTE DE ESTADOS DIFERENTES POR AQUI. O BRASIL ESTAVA REUNIDO EM BRASÍLIA**”

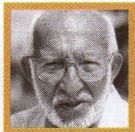
veia política tão ativa nos tempos da faculdade, mas que não andava muito evidente por aqui. "Sempre gostei muito dessa par-

te de articulação política ligada à medicina, mas ainda não havia tido oportunidade de mostrar isso aqui", conta. Dessa forma, Fran foi subsecretário da Associação Médica de Brasília, em 1962, diretor do Hospital São Vicente de Paula, em 1965, e presidente da Associação Médica de Brasília, em 1968. "Era tanto nome que eu escrevia nas atas que conhecia o nome e o sobrenome de centenas de colegas. Hoje, a classe não é tão unida e muitos médicos que foram colegas ficam anos sem se ver", lamenta. Depois disso, Fran resolveu não mais concorrer a cargos eletivos, mas até hoje é membro ativo da associação e comparece e participa das reuniões. A maior parte de sua carreira foi dedicada ao posto de saúde modelo da W3 Sul, onde trabalhou de 1958 até se aposentar, há cerca de dois anos, e ao antigo IAPI, que passou a ser INPS e, mais tarde, Ministério da Saúde. "Acompanhei todas as mudanças de siglas e nomes do Instituto", brinca.

Raio X

Nome: Fran Teixeira Gonzaga
Lima
Idade: 68 anos
Origem: Belo Horizonte, Minas Gerais
Ano de chegada a Brasília: 1960
Profissão: Médico cardiologista
Estado civil: Casado
Esposa: Maria do Socorro Diniz
Filhos: Jacqueline, Bruno Augusto, Cláudio Augusto e Fábio Augusto (do primeiro casamento com Ana Lúcia Neiva)
Netos: Rafael, Gabriel, Raquel, Karine, Caroline, João Lucas, Ana Luísa e Marcel
Bisneto: Igor

PIONEIROS



Sully Alves de Souza

Responsabilidade pelas questões legais do IAPI em Brasília

Arquivo pessoal



BIANCA CHIAVICATTI

ESPECIAL PARA O CORREIO

A idéia de impulsionar o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro a partir da construção de uma nova capital no Planalto Central nunca lhe pareceu estranha, nem promessa de candidato. Admirador de Juscelino Kubitschek, o advogado Sully Alves de Souza, hoje com 88 anos, recorda de quando, em 1957, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriais (IAPI) informou que indicaria alguém para acompanhar as obras da construção de Brasília. “Ninguém queria vir, então eu me ofereci”, conta.

Sem o menor constrangimento por deixar o Rio de Janeiro em direção a uma região pouco conhecida, Sully passou a resolver os problemas que envolviam questões legais nas obras de responsabilidade do IAPI, como a preparação das escrituras das superquadras 105, 305, 409 e 410 da Asa Sul.

Grande parte dos recursos para custear as construções do Plano Piloto era proveniente dos institutos de Previdência Social porque naquela época, como explica o advogado, o pagamento de benefícios utilizava 70% dos recursos disponíveis, sobrando uma margem de 30% para outros investimentos. “Os institutos compraram as quadras em dinheiro e receberiam o

valor de volta após a venda dos apartamentos”, revela. “Quando os apartamentos foram vendidos, entretanto, o valor investido não retornou por completo porque não havia ainda lei de correção monetária”, completa.

Trabalhar com a Justiça junto ao IAPI permitiu a Sully conhecer detalhes dos bastidores da construção de Brasília pouco divulgados. A forma com que a matéria-prima para as obras era adquirida pelo governo, por exemplo, refletia a maneira como as coisas eram resolvidas aqui, de forma rápida e prática, sem muita burocracia.

“As empresas ofereciam os produtos nos acampamentos, os engenheiros examinavam a qua-

lidade do material e preenchiam recibos do negócio realizado, como em outra construção qualquer”, conta. A informalidade era tamanha que a necessidade de se realizar concorrência para escolher as firmas com as quais o governo trabalharia terminou sendo discutida em uma das reuniões que os Institutos de Previdência faziam periodicamente com o presidente JK. Chegou-se à conclusão que, por ser uma obra financiada com dinheiro público, as empresas fornecedoras de material deveriam ser escolhidas segundo o melhor preço.

Mas a determinação expressa inúmeras vezes por JK de não deixar as obras pararem limitava

o poder da legislação até a inauguração. “Uma firma ia vencer a concorrência das quadras 409 e 410 Sul, mas no seu histórico só constavam prédios de dois andares”, conta o advogado. “Não acreditei na garantia de conclusão das obras e desclassifiquei a firma”, exemplifica.

Até 1960, Sully não precisava mudar-se para cá definitivamente, mas vinha com frequência, às vezes acompanhado da esposa, Lucy Alves de Souza. Neste período, ficava hospedado em uma das casas de madeira que o IAPI construía na quadra 105 Sul, até 1959, e depois em um apartamento na 410 Sul.

Quando voltava ao Rio de Ja-

SULLY FICOU RESPONSÁVEL PELA PARTE LEGAL DAS QUADRAS CONSTRUÍDAS PELO IAPI

neiro, onde a família morava, o espanto e a curiosidade das pessoas eram generalizados. “Não se falava em outra coisa e muita gente achava maluquice do JK construir uma cidade inteira no meio do mato”, recorda. “Os estrangeiros não entendiam como um país pobre como o Brasil se embrenhava na aventura de construir uma capital com palácios”, completa.

PIONEIROS

O advogado se ofereceu para vir para a cidade quando o IAPI procurava alguém para acompanhar as obras da nova capital, em 1957. Alguns anos depois, trouxe a família do Rio para ficar

ASSIM QUE A ESTRUTURA PERMITIU, SULLY TROUXE A MULHER E OS FILHOS PARA A CAPITAL. HOJE JÁ TEM NETOS E BISNETOS BRASILENSES

Interessado por tudo o que noticiavam sobre a nova capital, lembra de um episódio em que uma jornalista francesa, em visita ao futuro Distrito Federal, disse a JK que era loucura fazer uma capital no meio do Cerrado. "Ele respondeu que loucura era deixar o Cerrado deserto", diverte-se.

Em 1960, depois da inauguração, Souza mudou-se para Brasília a bordo de uma Kombi com a placa 15028 — era o vigésimo oitavo automóvel registrado no Distrito Federal. Com ele, vinham os advogados Flávio Barroso e Luiz Dusi e o engenheiro Araquem Bastos Ribeiro.

Com a mudança da família poucos meses depois, Sully passou a viver em um apartamento da 105 Sul, quadra que o IAPI acabava de concluir. "Enquanto construía a quadra, além das casas de madeira para engenheiros e a cantina onde comíamos, o IAPI manteve um apartamento mobiliado e sempre pronto para hospedar as autoridades que vinham a Brasília, como o ministro do Trabalho, Parsifal Barroso", conta.

Clube de Regatas

O maior problema da cidade nos primeiros anos após sua inauguração, para o advogado, era a falta de opções de lazer. Por outro lado, este fato reforçou muito os vínculos de amizade que eram criados aqui. As famílias tinham mais contato entre si, realizavam confraternizações, reuniões e churrascos.

A abertura de clubes e o sistema de ensino da cidade também supria esta carência por entretenimento. Os clubes eram



“ OS INSTITUTOS COMPRAVAM AS QUADRAS EM DINHEIRO E RECEBIAM O VALOR DE VOLTA APÓS A VENDA DOS APARTAMENTOS ”

o principal ponto de encontro de adultos e adolescentes. Souza, por exemplo, tornou-se, por acaso, em 1961, presidente do

Clube de Regatas Guará, que tinha sede instalada na W3 Sul. "Fui convidado e terminei aceitando". Pouco conhecido hoje em dia, o advogado diz ter trazido em 1962 o Botafogo para jogar com o time do clube num torneio realizado onde hoje está o Setor de Postos e Motéis, próximo ao Núcleo Bandeirante.

E as crianças passavam o tempo divididas entre as atividades das Escolas Classe e Escolas Parque. Uma era dirigida ao ensino regular, e a outra era voltada para as artes e os esportes. A criança passava um período do dia na escola classe e outro na escola parque.

Além do IAPI, onde trabalhou até 1986, Souza também foi professor da Universidade de Brasília durante o regime militar, entre 1964 e 1979, fazendo parte do Setor de Direito e Política. "Quando os professores da universidade foram afastados pelos militares, o governo fez um seleção de outros profissionais para substituí-los e

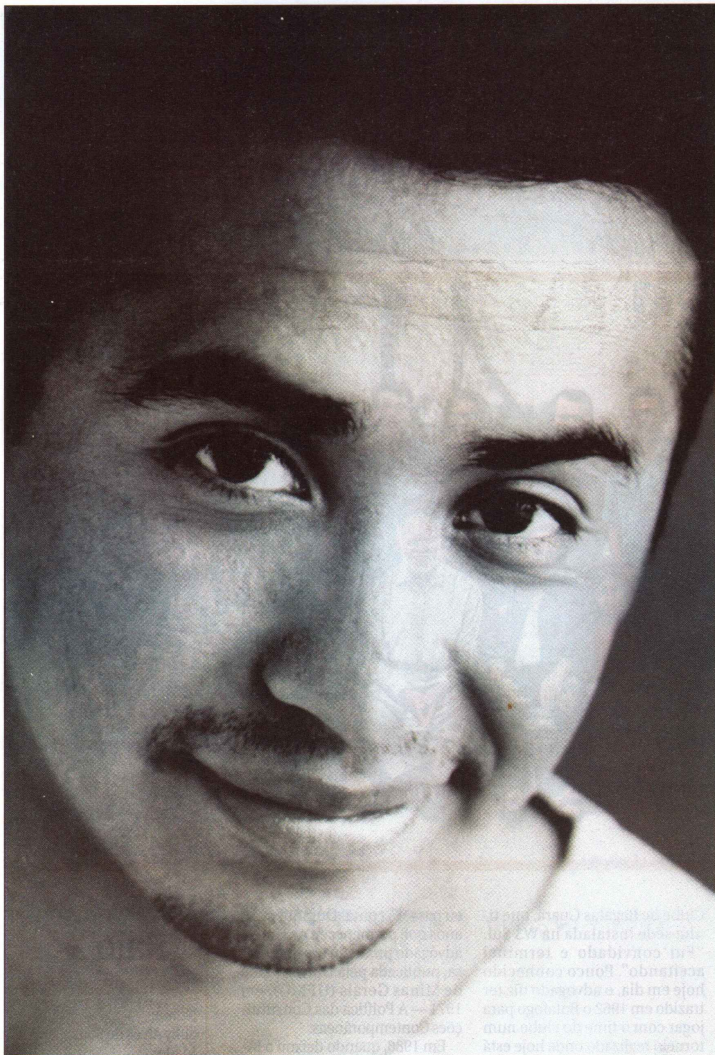
eu passei", conta. Durante os 15 anos que permaneceu na UnB, o advogado produziu uma pesquisa, publicada pela Universidade de Minas Gerais (UFMG), em 1971 — A Política das Constituições Contemporâneas.

Em 1986, quando deixou o IAPI, passou a advogar na área de Direito Tributário e Previdenciário. Também foi presidente da Junta de Recursos da Previdência Social no Distrito Federal e membro do Conselho de Recursos da Previdência Social.

Da Brasília de hoje, Souza não tem do que reclamar. Gosta de tudo, inclusive do clima seco. Acredita ter dado certo a experiência humana de reunir brasileiros de todos os estados e pessoas das mais diversas origens e culturas no centro do país. Sobre o futuro da cidade, acha que falta ainda a definição legal dos limites geográficos de Brasília, que na Constituição Federal permanece definida com uma frase: "Brasília é a capital federal".

Raio X

Nome: Sully Alves de Souza
Idade: 88 anos
Origem: Belém, Pará
Profissão: Advogado
Ano de chegada a Brasília: 1957
Esposa: Lucy Stumpf Alves de Souza
Filhos: André Gustavo e Ricardo
Netos: Giselaíne, Gustavo, Mateus, Daniel, João Pedro, Mário, Micaele, Mariana e André Júnior
Bisnetos: Gabriela, Lívia, Júlia, Clara, Joana e Rafael

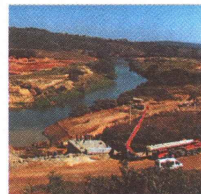
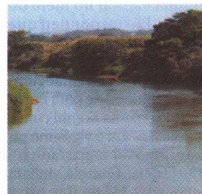


ÁGUA DE QUALIDADE PARA GARANTIR A SAÚDE DO GERALDO, DOS FILHOS DO GERALDO, DOS NETOS, DOS BISNETOS, DOS TATARANETOS E DOS...

DEPOIS DE TATARANETOS VEM O QUE MESMO?

CORUMBÁ IV.

ÁGUA SAUDÁVEL
GARANTIDA
PELOS PRÓXIMOS
100 ANOS.



O Geraldo nunca esteve tão tranqüilo com relação à água da sua casa. Ele acabou de saber que a barragem de **Corumbá IV** vai abastecer o Distrito Federal por, pelo menos, mais um século. O que significa qualidade

de vida e saúde para ele e sua família por várias gerações. E mais, o Geraldo soube ainda que **Corumbá IV** vai criar um lago maior do que o Paranoá, gerando lazer, turismo e negócios na região. Mas isso aí é outra história.

